

Crise e Reforma política

Homero de Oliveira Costa

Diário de Natal 14.6.2005

“Eu acho que é extremamente importante a gente aproveitar esse momento político e discutir esse tema que, de vez em quando, se transforma em tabu dentro do Congresso.” Presidente Luís Inácio Lula da Silva, 08.06.2005.

O governo enfrenta mais uma grave crise política, decorrente de denúncias de irregularidades em seu governo. O caso mais recente envolve os Correios, e foi feita pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal Folha de S. Paulo, acusando o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar uma mesada de R\$ 30 mil para deputados da base aliada. Para enfrentar essa nova crise, o governo acenou, no dia 08 de junho, com a necessidade de uma reforma política urgente, tendo como objetivo o fortalecimento dos partidos políticos, e que seja capaz de disciplinar o financiamento das campanhas eleitorais. E definiu um prazo de 45 dias para que um relatório, sob a coordenação do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, seja encaminhado ao Congresso.

Como sempre tem ocorrido face às crises (que, infelizmente, têm se sucedido de forma interminável nesse governo), volta à baila, outra vez, o tema da reforma política. Mas o fato é que, entra governo e sai governo, sempre anunciando, no início, que a reforma política “é a mãe de todas as reformas”, – mas a reforma não sai.

E não sai por uma razão simples: não há interesse por parte da maioria dos parlamentares – que inclui, evidentemente, a base de apoio desses governos (o de Lula, inclusive) em fazer uma reforma política ampla.

A que se discute atualmente, muito mais ampla, está restrita a três aspectos: financiamento público de campanha (que os partidos aliados do governo como PL, PP e PTB recusam), o voto em lista fechada, e o fim da verticalização (ou seja, a liberdade para fazer qualquer tipo de aliança no plano estadual, independente do que ocorra em nível federal).

Na realidade, não há necessidade de se fazer, no prazo de 45 dias, mais um relatório. As propostas nesse sentido já circulam no Congresso Nacional há pelo menos 10 anos. Existe uma Comissão Especial sobre Reforma Política na Câmara, presidida pelo deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) que estudou amplamente o assunto, contando com a colaboração inclusive de muitos acadêmicos, além de lideranças partidárias. Desse estudo resultou uma proposta que é a base da que se encontra atualmente paralisada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por falta de consenso entre os partidos.

Para o deputado é no mínimo estranho que o Presidente Lula tenha declarado que não sabia que o processo estivesse tão adiantado no Congresso. Para ele o que parece haver é que o governo desistiu desse relatório.

E assim, até o próximo escândalo, perde-se mais uma oportunidade de se discutir a sério uma ampla reforma política. Faltando apenas três meses para que uma reforma tenha validade para as próximas eleições (outubro de 2006) e conhecendo um pouco o Congresso e a disposição dos parlamentares nesse sentido, há alguma dúvida de que essa reforma política, que está circulando no nosso Legislativo há pelo menos 10 anos, não será aprovada neste ano?

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br